



EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS INICIAIS NO DISTRITO FEDERAL: DA ELABORAÇÃO POLÍTICA AO TRATO PEDAGÓGICO

Juliana de Oliveira Freire¹
Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo²
Daniel Cantanhede Behmoiras³

PALAVRAS-CHAVE: Política; Educação Física Escolar; Anos Iniciais; Ensino Fundamental.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva realizar uma breve reflexão teórica acerca da intervenção pedagógica, no ano de 2012, do *Projeto Educação com Movimento: Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental*¹. Este Projeto-Piloto visa garantir o Professor de Educação Física como ministrante do componente curricular Educação Física em todas as escolas públicas que ofertam Anos Iniciais do Ensino Fundamental (AIEF) na Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF).

Esse projeto deu-se início em 2011, coordenado por uma nova gestão da Diretoria de Desporto Escolar e Educação Física – (DIDESC)². Essa nova diretoria iniciou uma série de medidas para suprir a carência das políticas educacionais voltadas para a Educação Física. Afinada com uma reivindicação histórica de setores progressistas da área, a DIDESC apostou em um projeto que implementasse a Educação Física nos AIEF nas escolas públicas do DF.

Para a realização desse texto foram realizadas pesquisa bibliográfica sobre os temas correlatos, também pesquisa documental, que abrangeu a legislação educacional, o Projeto Básico da DIDESC/SEDF, o Projeto Político Pedagógico Carlos Mota (2012), os relatórios de gestão, os planejamentos e relatórios feitos por uma das professoras que implementaram o projeto, bem como a observação participante das aulas realizadas.

O PROCESSO HISTÓRICO E A ELABORAÇÃO TEÓRICA

A inserção da Educação Física nos AIEF não é uma proposta nova no DF. Em 1997 e 1998 foram implantados 50 Núcleos do então *Projeto Educação com o Movimento*, experiência exitosa da Escola Candanga³. A Escola Classe 18 de Taguatinga⁴ foi a única escola que deu continuidade a esse projeto desde 1998, tornando-se referência dentre as instituições educacionais do DF, que pese as dificuldades vivenciadas neste período.

1 Projeto institucionalizado no contexto das discussões para o novo currículo da Educação Básica do DF (2011-2013), fruto da parceria entre a Coordenação de Ensino Fundamental e a Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar, ambas subordinadas à SUBEB/SEDF.

² Cabe ressaltar que o DF passou por um período de 12 anos sob a direção político-administrativa de Governos ligados a um campo conservador. Dentro da estrutura da SEDF, a DIDESC apresentava um reduto de sustentação desse campo, refletindo um afastamento dos interesses dos professores que estão no “chão da quadra” e se restringindo a ações ligadas ao esporte de Alto-Rendimento, por meio do Centro de Educação Física de Alto Rendimento (CEFARE). No ano de 2012, uma ampla reestruturação transformou a DIDESC em CEFDESC (Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar) e o CEFARE em CIEF (Centro Integrado de Educação Física).

³ A Escola Candanga foi a proposta pedagógica construída participativamente no período em que Cristovam Buarque foi Governador do Distrito Federal (1995-1998).

⁴ Região Administrativa do Distrito Federal localizada a 21 quilômetros do centro de Brasília.

Para enfrentar o desafio de justificar a importância deste Projeto na SEDF, era importante uma proposta de trabalho que aliasse um pressuposto teórico que desse conta da realidade concreta encontrada na sala de aula, essas questões foram tratadas nas coordenações pedagógicas e inseridas no Projeto Político Pedagógico da escola. Tratou-se de um trabalho integrado entre o professor de Educação Física e o professor regente⁵, contemplando aspectos didáticos gerais e específicos, do planejamento à avaliação, considerando as questões cotidianas e possibilitando a apropriação crítica da cultura corporal. Considerando que toda prática precede uma intencionalidade e tem uma relação com a visão que se tem de mundo e sociedade, foi assumida para atuação nesse Projeto, a pedagogia crítico-superadora como pressuposto. Essa definição norteia não só a definição dos conteúdos, como também as relações e os valores a serem trabalhados com os alunos (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

De acordo com a visão de desenvolvimento humano de Vygotsky, o nível de desenvolvimento real é a capacidade de o sujeito realizar uma tarefa de maneira independente, sendo uma etapa já consolidada do desenvolvimento. Já o nível de desenvolvimento potencial consiste na possibilidade de realizar uma tarefa mais complexa, que só é possível por intermédio de um colaborador mais qualificado, que auxilia na transformação do potencial em real. Já o nível de desenvolvimento proximal, consiste na distância entre a zona de desenvolvimento real e potencial. É onde a ação de outro é mais transformadora. Estes são conceitos significantes na referida teoria, pois destacam a importância do meio sociocultural no qual o sujeito está inserido, sem desprezar o fator desenvolvimento (VYGOTSKY, 1988). Esse colaborador mais qualificado, que Vygotsky define como mediador, é o papel do professor educador, como deve se portar quando há a manifestação de valores predominantemente, discriminatórios, momento em que crianças discriminam umas às outras por serem mais gordas ou menos habilidosas, utilizando apelidos ou palavras degradantes.

O mediador deve intervir quando há essas situações de desqualificação, não permitindo que sejam reproduzidos estes valores em suas aulas, pois o professor deve superar e não reproduzir a ideologia dominante:

Precisam superar a visão positivista de que o movimento é predominantemente um comportamento motor. O movimento é humano, e o Homem é fundamentalmente um ser social. (...) Desta forma, o movimento tem repercussões sobre todas as dimensões do ser humano (...) A consequência disso para a ação pedagógica é de que, nas aulas de Educação Física, devemos objetivar muito mais do que a aptidão física, (...) devemos entender que o movimento que a criança realiza num jogo tem repercussões sobre todas as dimensões do seu comportamento, e mais, que esta atividade veicula e faz a criança introjetar determinados valores e normas de comportamento. (BRACHT, 1997; pág. 66)

DO CHÃO DA QUADRA À AMPLIAÇÃO DA POLÍTICA

Desse modo, o trabalho foi desenvolvido ao longo do ano de 2012 em 15 turmas de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental⁶, das quais apenas três não possuíam alunos com deficiência, síndrome ou transtorno, ou seja, 80% das turmas eram inclusivas. Com esse perfil, era imprescindível que fossem feitos trabalhos de sensibilização com os alunos em relação à diversidade. Como resultado de diversas intervenções, foi possível observar em vários momentos, alunos que, ao invés de criticar um aluno menos habilidoso, passava a auxiliá-lo, estimulando-o a superar seus limites em vários desafios impostos nas aulas.

⁵ Como professor regente, consideramos o professor de atividades, pedagogo da carreira de Magistério da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

⁶ 1º, 2º e 4º anos: 3 turmas cada; 3º ano: 4 turmas; 5º ano: 2 turmas, no turno vespertino.

O simples fato de pular corda, uma atividade comum para as crianças de 6 a 10 anos, era motivo para excluir os que não conseguiam realizar esse movimento. Trabalhando o conteúdo saltar, em algumas aulas foi proposto o ato de pular corda, seguidas de músicas conhecidas pelas crianças. Por ser uma atividade que a maioria gostava muito, em um primeiro momento os alunos que exerciam maior liderança, iam várias vezes e os menos habilidosos deixavam de participar por causa das críticas dos colegas.

Com a mediação, eles chegaram à conclusão que a fila era maneira mais justa de organização. Outro avanço foi em relação aos menos habilidosos. Antes eles pulavam até que errassem, logo, os mais habilidosos eram os que mais participavam. Com a mediação, os que não conseguiam passavam a ter mais chances e incentivos para conseguir. A mudança nessa postura foi claramente notada durante as aulas e repercutiam inclusive nos horários em que estavam sem nenhuma supervisão, como no recreio, em que, por diversas vezes, eram vistas situações em que os próprios alunos eram mediadores, ajudavam e incentivavam os colegas menos habilidosos.

Outra situação nas turmas de 5º ano, durante uma partida de futebol, atividade em que os conflitos eram corriqueiros, com agressões verbais ou físicas, foram feitas intervenções para que houvesse uma reflexão coletiva quanto a esses comportamentos. É um momento em que a maioria dos alunos (principalmente os meninos, apesar das meninas não serem excluídas) gostam muito e para eles é difícil controlar seus impulsos. Se para o adulto, já difícil agir de maneira adequada quando impulsionado por forte emoção, essa situação é ainda mais acentuada quanto ocorre com a criança que ainda está em desenvolvimento.

Conclui-se com a análise desse trabalho a importância de ensinar nossos alunos não só a apreensão dos movimentos historicamente construídos pela Cultura Corporal, mas colaborar para a formação humana, quanto ao respeito aos direitos do outro e da luta por seus direitos. É um longo e árduo caminho, mas é estimulante saber que os passos que já foram dados já começam a surtir efeitos.

Perceber que toda essa experiência vivenciada cotidianamente pode ser ampliada por toda a rede de ensino do Distrito Federal, evidencia a responsabilidade de se garantir a apropriação dos elementos teóricos e práticos que justifiquem a inserção do(a) Professor(a) de Educação Física nessa etapa do ensino básico e que o registro e a socialização desta experiência são fundamentais para a ampliação da política. Como avanço, também cabe destacar as ações realizadas garantiram o Projeto no PPP Carlos Mota(2012) e a ampliação desta experiência, de duas escolas e três professores(as) em 2011 e 2012, para quinze escolas e trinta professores(as) em 2013.

REFERÊNCIAS

- BRACHT, V. Educação Física e aprendizagem social. Porto Alegre: Magister, 1997
- BRASIL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Currículo da Educação Básica/ Ensino Fundamental Séries/Anos Iniciais, 2010.
- DISTRITO FEDERAL. *Projeto Político Pedagógico Professor Carlos Mota*. SEDF, 2012
- COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino da Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.
- VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo. Livraria Martins Fonte, 1988.

¹ Licenciada em Educação Física pela UnB, Professora da Secretaria de Educação do DF e do Projeto Educação com Movimento na EC 18 de Taguatinga. juliana2609@yahoo.com.br

² Licenciado e Mestre em Educação Física e Doutorando em Política Social, todos pela UnB, Professor da Secretaria de Educação do DF. Integrante do Avante FEF/UnB. tatu.pedro@gmail.com

³ Licenciado e Mestre em Educação Física pela UnB, Professor da FEF/UnB. Integrante do Avante FEF/UnB. danielcanta1@gmail.com